

**ÀO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO Á ESCOLA
TECNICA (FAETEC)**

Ref: Pregão Eletrônico Nº 002/2021

Processo SEI - 260005/002834/2020

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 04.312.370/0001-15, com endereço na Av. Automóvel Clube, 2.536, sala 01, Vilar dos Teles - São João de Meriti, RJ - Tel. (21) 3486 0508 e -mail: licitacao@multiplyservicos.com.br, neste ato regularmente representada por seu Sócio Proprietário, Sr. Thiago Pontes de Souza, RG Nº: 21.399.535-0, CPF/MF Nº. 111.548.607-10, com o habitual respeito apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto por **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 07.028.841/0001-56, já devidamente qualificada.

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões.

Portanto, após a notificação da razoante, esta teria até o dia 24/01/2022 para interpor recurso, razão pela qual é tempestiva as contrarrazões.

DO OBJETO DESSAS CONTRARRAZÕES

Alega a Recorrente, em apertada síntese, que ofertou a proposta mais vantajosa à Administração Pública nos lotes referente ao Pregão Eletrônico Nº 002/2021R1, cujo objeto diz respeito a contratação de serviços para atender às demandas da Fundação de Apoio à

Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro.

A empresa Recorrente em suas Razões alega de forma resumida que:

- Foi inabilitada pelo Ilmo pregoeiro de forma indevida declarando que a licitante não atendeu ao disposto ao item 12.5.2.1 do instrumento convocatorio objeto do presente, tendo sido apresentado a RCA somente da empresa não abrangendo a do responsável técnico;
- Alega ainda que a empresa Recorrida foi beneficiada na medida que suas planilhas encontravam também com erros materiais, assim como a da empresa Recorrente;
- Alega que a CCT apresentada pela empresa Recorrida para elaboração de suas planilhas encontra-se sem o devido registro do MTE, fato este ignorado pelo Sr pregoeiro.

De forma que, aduz ter sido erroneamente desclassificada pela Pregoeira, sob argumentação que:

a) A decisão monocrática proferida pelo Pregoeiro seria inválida, já que se equivocou na medida que perante o Registro de comprovação de aptidão apresentado no certame pode ser constatada o nome do Responsável técnico pessoa física. Argumenta que mesmo sendo somente apresentada a RT da empresa (pessoa jurídica) os atestados vinculados ao licitante CRA averba tais atestados cancelando o próprio como detentor dos referidos atestados, sendo assim ocorreu o cumprimento do item 12.5.2.1 do Edital.

b) A recorrente também afirma que teria a possibilidade de correção das planilhas de composição de custos por mero erro material.

c) Por fim, a empresa recorrente alega ter atendido rigorosamente os ditames do edital, apresentando todas as documentações pertinentes a sua habilitação técnica, devidamente demonstrada no presente recurso estando assim apta para execução do objeto licitado, entendendo também incabível a inabilitação do certame oriunda da inobservância de diligências por parte do Sr pregoeiro visto que preconiza que ocorreu ferimento aos princípios da igualdade entre os licitantes (isonomia) e julgamento objetivo. Assim, requer a classificação da sua proposta em primeiro colocado e o aceite da documentação. Portanto, pugna a recorrente pela reforma da decisão.

Ocorre que, como veremos adiante, as Razões do recurso interposto pela recorrente não devem prosperar, e tem estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções, pois descabidas fática e juridicamente, além do objetivo claro da empresa Recorrente em induzir este julgador em erro, objetivando criar confusão ao presente certame.

DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

A) DA RCA PERTINENTE AO RESPONSÁVEL TÉCNICO



Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos devem ser conduzidos em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”[1]

De pronto, concluímos que não há como se falar em proposta mais vantajosa que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação. Assim, veremos pontualmente que a recorrente não apresentou a proposta mais vantajosa, bem como não atendeu as exigências do edital.

Ao suscitar que a decisão proferida pelo pregoeiro é inválida sem a presença do *amicus curiae*, além de afirmar que a figura da pregoeira não possui competência para analisar as condições de habilitação, a **recorrente incide em erro grave de conhecimento acerca das competências do pregoeiro.**

O Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, dispõe no artigo 17, o seguinte:

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

V – verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame; [(grifamos)]”

Mediante a simples leitura do supracitado artigo, resta cristalino os poderes designados aos pregoeiros, que entre outras competências, esta **incumbido de verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital.**

No mais, o parágrafo único do referido artigo, dispõe que “o **pregoeiro poderá solicitar** manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão. ”

Ora, resta claro que o pregoeiro **PODERÁ** solicitar manifestação técnica. Logo, conclui-se que, a presença do *amicus curiae* não é obrigatória.

Ademais, apesar de possuir os poderes questionados pela recorrente, em consulta atenta aos documentos que compõem o certame, **é possível detectar a própria confissão do Recorrente em não juntar o documento pertinente ao responsável Técnico respaldando a sua própria inabilitação.**

Para melhor esclarecimento e para demonstrar que o Recorrente quer induzir o julgador em erro e dar interpretação extensiva ao Edital. Ao analisar os documentos juntados pelo Recorrente é de fácil constatação que os contratos apresentados pela empresa Recorrente não estão de acordo com as regras do item 12.5.2.1.

Se verificarmos o contrato de prestação de serviços do Administrador juntado verifica-se que ele foi contratado em 02.07.2021, o que prova que este não está consonante com os registros dos atestados. Vejamos.

O RCA nº 2021000100102 com data de registro de maio de 2020 consta o carimbo do profissional técnico atual, no entanto, este contrato é do período de 26.08.2015 a 26.08.2016, portanto, anterior ao contrato do Administrador.

O atestado assinado e emitido em 18.09.2016 foi carimbado por um profissional não contratado pela empresa, na medida que todo atestado para ser registrado junto ao CRA necessita de um carimbo de um profissional administrador para validar o Registro.

A Certidão de acervo técnico apresentado no Recurso se refere a RCAS em nome da empresa Recorrente que tem hoje responsável o técnico Vitor de Paiva que possui



contrato posterior aos serviços apresentados na certidão, o que já demonstra a TOTAL INCONFORMIDADE COM AS REGRAS DO EDITAL NO ITEM 12.5.2.1.

A certidão de acervo técnico nº 18992/2021(anexo 1) apresentada pela **Empresa De Sà**, trata-se somente do acervo da empresa, conforme texto do próprio documento, e indicando somente o nome do atual responsável técnico, mas não comprova sua responsabilidade técnica nos serviços. Conforme vem descrito em nossa certidão de acervo técnico nº 8877/2021(anexo 2), onde consta o nome de nossas atuais responsáveis técnicas, informando todos os serviços prestados pela empresa, anteriores a admissão das Responsáveis Técnicas.

Para o atendimento **do item 12.5.2.1.**, é necessário possuir profissionais, detentores de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica** que comprove(m) a execução das atividades de características similares ao objeto a ser licitado, portanto o acervo técnico que deveria ser apresentado é do administrador e não da empresa.(anexo 03)

A verdade é que a empresa Recorrente, repita-se, busca uma interpretação duvidosa e extensiva do edital a qual encontra -se vinculada, já que existe diferença nos documentos juntados a certidão de acervo técnico que comprovaria a aptidão para execução dos serviços, seria em nome do Responsável Técnico, documento este não apresentado.

Diga -se de passagem, que não apenas ela, mas também os demais participantes do certame e a própria Administração, conforme reza a Lei de Licitações, vejamos:



“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada.**

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;” (grifamos).

Nesse sentido, destacamos as lições da ilustre Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“**Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento.** Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual **“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); **se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).**”[3] (grifamos).



Assim, ainda em consulta à doutrina acerca da temática, relembramos as palavras de Hely Lopes Meirelles, segundo o qual definiu que o edital **"é lei interna da licitação"** e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Neste ponto, faz -se necessário, examinarmos o edital, o qual deveria ter sido lido de forma detida por todos, *in verbis*:

"12.5.2.1 – O licitante deverá demonstrar que possui no seu quadro permanente, na data da licitação profissional, detentores de atestado de Responsabilidade Técnica que comprovem a execução das atividades de características similares ao objeto a ser licitado.

12.5.2.1.1) A comprovação de que os detentores dos referidos Atestados de Responsabilidades Técnica é /são vinculados ao licitante, deverá ser feita por cópia de ficha de registro de empregado, de contrato particular de prestação de serviços, de contrato de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem vínculo jurídico entre o licitante e os profissionais qualificados, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para execução do objeto licitado.

Como pode ser destacado o Recorrente não cumpriu com os ditames do referido item, querendo transformar seu erro insanável em justificativas dando sua própria interpretação ao Edital e o mais grave, querendo colocar em descredito o referido certame, empresa vencedora e o próprio pregoeiro, fato este que não poderá prosseguir.



Não há nenhuma prova de beneficiamento da empresa Recorrente que atuou dentro das regras do Edital se sagrando vencedora de forma justa e isonômica.

Frisa -se, mais uma vez que, inexistente proposta mais vantajosa sem o cumprimento das normas editalícias.

Outrossim, revela -se perceptível que a recorrente não apresentou a documentação exigida no edital e a fim de cobrir sua ausência de atenção e diligência ante a preparação dos documentos correlatos ao pregão, busca desmerecer a decisão do pregoeiro, a qual, encontra -se sim substanciada por parecer técnico dos responsáveis.

Assim, tal alegação não merece prosperar, uma vez que, a Recorrente não apresentou o certificado de acervo técnico de seu responsável técnico previsto no edital em comento.

B) DA POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DAS PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Aqui, a Recorrente assevera erros materiais de sua planilha dos quais poderiam ser sanadas em diligência, no entanto tal fato se torna acessório ao descumprimento do item principal do certame 12.5.2.1.

Portanto, tal argumento encontra -se rechaçado.



No entanto se faz necessário esclarecer que a justificativa do Recorrente em imputar erros na planilha da Empresa Recorrida, mais uma vez se desmonta, sendo demonstrado neste Recurso a intenção clara da Recorrente em criar confusão ao certame por ter sido inabilitada.

C) DA AUSENCIA DE ERROS DA PALNILHA DA EMPRESA MULTIPLY

A empresa DE SÁ alega em seu Recurso que houve ERROS DE FORMULAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS DA EMPRESA MULTIPLY

Quanto ao posto de Encarregado, a recorrente indica que a utilizamos nossas planilhas valor distinto ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho em que informamos em campo próprio de cada Anexo, sendo o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro. Alega também que apresentamos suposto Acordo Coletivo firmado em conjunto com outro sindicato, entretanto, conforme apontamento efetuado pela Divisão de Suprimentos da FAETEC, não possui devida homologação e registro pelo Ministério do Trabalho.

Sobre o Piso salarial da categoria de viga que utilizamos, a DE SÁ cita que o Acordo Coletivo firmado entre SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SAAE-RJ e a MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA contempla somente vigias com a carga horária de 44 horas, portanto só poderíamos ter utilizado tal salário para esta carga horária e não para as escalas 12x36 diurnas e noturnas.

Por fim, acusa a empresa de apresentar e utilizar convenções diferentes, executar “jogo de planilhas”, ludibriar a Administração e demais licitantes, causar confusão proposital à análise e apresentar gratificações diversas aos encarregados.



Vimos que a todo custo a empresa DE SÁ tenta confundir a comissão, quando na verdade o que faltou foi a correta análise do edital e interpretação de texto.

Em nenhum momento houve “jogo de planilha” como a recorrente acusa, e sim, o correto cumprimento das Leis Trabalhistas e ao edital.

Item “9.2.5.1 Os salários-base, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos aos quais a LICITANTE e os profissionais estejam vinculados, conforme relação no Anexo I, do Termo de Referência (Anexo III).”

A Multiply possui diversos colaboradores que atuam na prestação de serviços escolares e são associados/vinculados ao Sindicato SAAE-RJ, inclusive VIGIAS. Os salários utilizados para composição de custos foram definidos em Assembleia realizada entre a Multiply e o SAAE-RJ, visando garantir a esses colaboradores remuneração e benefícios mais vantajosos, visto que os salários vigentes na Convenção Coletiva da SAAE-RJ, nº RJ0002725/2021, para esta categoria é de R\$ 1.102,42.

Sendo assim, o ACORDO COLETIVO apresentado, que pode ser consultado no site do referido sindicato <http://saaerj.org.br/site/wp-content/uploads/2021/12/ACT-MULTIPLY-2021.pdf> estabelece para os vigias salário superior aos da Convenção Coletiva R\$ 1.220,00 fazendo-se assim cumprir o item 9.2.5.1 do edital e o artigo 620 da CLT que dispõe:



“Art. 620. As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.”

Jornada 12x36, Acordo Coletivo CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA SEMANAL, regulamentação da escala: “Parágrafo Único: Em face da especificidade do trabalho, fica permitida a jornada de trabalho em regime de 12x36 horas, em qualquer turno de trabalho, garantido o intervalo de 01 (uma) hora para repouso e/ou alimentação”.

Sobre os encarregados, se a empresa DE SÁ analisasse minuciosamente o ANEXO V - DOS QUANTITATIVOS DAS FUNÇÕES POR UNIDADE, enxergaria o absurdo que é citar a diferença nas GRATIFICAÇÕES DOS ENCARREGADOS.

A princípio, vale ressaltar que a convenção utilizada para a categoria de encarregados foi a de ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, pois como possuímos essa categoria em nosso quadro de funcionários, à utilizamos para compor as gratificações que são necessárias em ALGUNS LOTES, atendendo novamente ao item 9.2.5.1 do edital e o artigo 620 da CLT.

Vejamos em cada Lote a quantidade de Encarregados Responsável pelos vigias e suas respectivas gratificações, conforme ANEXO V:

LOTE 1

Unidade Administração Geral DIVAP - 4 Encarregados para 66 vigias: $66/4 = 16,5$

Gratificação conforme Cláusula 15ª



- a) 16 a 30 empregados: 25% sobre o piso salarial R\$ 325,25

LOTE 2

Unidade CVT Marechal Hermes - 1 Encarregado para 34 vigias: $34/1 = 34$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

- b) 31 a 60 empregados: 30% sobre o piso salarial R\$390,30

LOTE 3

Unidade ISERJ - 1 Encarregado para 29 vigias: $29/1 = 29$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

- a) 16 a 30 empregados: 25% sobre o piso salarial R\$ 325,25

LOTE 4

Unidade FAETERJ - 1 Encarregado para 6 vigias: $6/1 = 6$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

Não há necessidade de gratificação.

LOTE 5

Não há encarregado.

LOTE 6

Unidade ETE Amauty Cesar Vieira - 1 Encarregado para 10 vigias: $10/1 = 10$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

Não há necessidade de gratificação.

LOTE 7

Unidade CVT Mangaratiba - 1 Encarregado para 6 vigias: $6/1 = 6$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

Não há necessidade de gratificação.

LOTE 8

Não há encarregado.

LOTE 9

Não há encarregado.

LOTE 10

Unidade ETE João Barcelos Martins - 1 Encarregado para 17 vigias: $6/1 = 6$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

a) 16 a 30 empregados: 25% sobre o piso salarial R\$ 325,25

LOTE 11

Unidade CVT São Pedro da Aldeia - 1 Encarregado para 6 vigias: $6/1 = 6$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

Não há necessidade de gratificação.

LOTE 12

Unidade CETEP Itaperuna - 1 Encarregado para 6 vigias: $6/1 = 6$

Gratificação conforme Cláusula 15^a

Não há necessidade de gratificação.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)



Por fim de acordo com a farta entendimento legal a alegação de ausência de registro da CCT não é óbice para inabilitação. Vejamos.

Não há previsão de penalidade pelo descumprimento do disposto no art. 614 da CLT, isto é, pela ausência de registro das convenções e acordos coletivos de trabalho junto ao órgão local do MTE.

O registro no Ministério do Trabalho e Emprego não é condição essencial à validade e eficácia dos instrumentos coletivos, já que se trata de mero ato administrativo vinculado.

Portanto, as convenções e acordos coletivos surtem efeitos a partir de sua assinatura (se assim previstos), independentemente de registro no órgão local do MTE, porque as condições pactuadas livremente pelas partes valem por si só, não dependendo de qualquer manifestação do Estado. É o entendimento que se extrai do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal (CF) que reconhece validade às convenções e acordos coletivos de trabalho.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho orienta-se no sentido de que a ausência do depósito, para fins de registro, da norma coletiva no Ministério do Trabalho e Emprego não enseja a nulidade do acordo, porque a referida exigência é mera formalidade que não invalida o conteúdo na negociação coletiva, conforme se vê dos seguintes julgados:

RECURSO DE EMBARGOS – ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO – AUSÊNCIA DE DEPÓSITO PERANTE A AUTORIDADE COMPETENTE – VÍCIO FORMAL QUE NÃO INVALIDA O CONTEÚDO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA – TURNO ININTERRUPTO



DE REVEZAMENTO – JORNADA DE OITO HORAS – VALIDADE. A interpretação do art. 614, caput, da CLT deve guardar harmonia com a nova Constituição Federal, que alterou profundamente a organização sindical e a autonomia das partes para a negociação coletiva, estabelecendo princípios rígidos que vedam a intervenção do Poder Público nessa relação, presente no regramento jurídico infraconstitucional antecessor, e que reconhecem as convenções e os acordos coletivos, incentivando a negociação coletiva. Nessa ótica, a exigência de depósito das convenções e acordos coletivos no órgão ministerial não tem outra finalidade senão dar publicidade a esses ajustes, para fins de conhecimento de terceiros interessados. O conteúdo do ajuste coletivo firmado livremente entre as partes legitimadas não pode ser questionado pelo Poder Público e, sendo assim, o descumprimento da exigência do seu depósito não pode invalidá-lo, à medida que independe de qualquer manifestação do Estado. As normas e condições de trabalho negociadas de comum acordo entre as partes convenientes valem por si só, criando direitos e obrigações entre elas a partir do momento em que firmado o instrumento coletivo na forma da lei. O descumprimento da formalidade prevista no art. 614 da CLT importa apenas infração administrativa, mas não maculará o conteúdo da negociação coletiva, gerador de novos direitos e condições de trabalho. Do contrário, as partes teriam que buscar a invalidação de todo o instrumento coletivo, mediante instrumento processual próprio, e não, particularizadamente, de uma cláusula que lhe foi desfavorável, como no caso presente, beneficiando-se das demais. O acórdão regional, ao invalidar o ajuste coletivo que fixou jornada elastecida de oito horas para o trabalho em turno ininterrupto de revezamento pelo vício apontado, negou vigência à própria norma coletiva, maculando o inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal, especialmente quando a matéria de fundo encontra-se pacificada nesta Corte Superior por meio da Súmula n.º 423. Recurso de embargos conhecido e provido. **(TST-E-RR-1086/2001-014-09-00.0, Redator Designado Min. Vieira de Mello Filho, SBDI-1, DJ 7/12/2007)**

EMBARGOS – TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO – ELASTECIMENTO DA JORNADA – ACORDO COLETIVO – AUSÊNCIA DE REGISTRO NO MINISTÉRIO

DO TRABALHO – VALIDADE A C. SBDI-1 firmou o entendimento de que o descumprimento da formalidade prevista no art. 614, caput, da CLT, qual seja, o registro/depósito da norma coletiva perante o órgão competente do Ministério do Trabalho, não invalida o conteúdo da negociação coletiva. Precedentes: E-RR-1.086/2001-014-09-00.0; E-RR-1.565/2001-651-09-00.6; E-ED-RR-563.420/1999.3. Embargos conhecidos e providos. **(TST-E-ED-RR-11085/2000-006-09-00.9, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, SBDI-1, DJ 14/11/2008)**

Quanto ao acordo de participação nos lucros e/ou resultados, a Lei nº 10.101/00, no parágrafo 2º, do art. 2º, apenas prevê o arquivamento do instrumento na entidade sindical dos trabalhadores, inexistindo previsão legal para o seu depósito e registro no órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego.

E a Lei nº 10.101/00 não prevê nenhuma penalidade para o caso de o acordo de participação nos lucros não ser arquivado na entidade sindical, de modo que, uma vez assinado pelas partes signatárias, é plenamente válido e eficaz.

Vale ressaltar, por fim, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu no Recurso Especial nº 865.489/RS (20060074749-5) que a falta de registro do acordo de PLR na entidade sindical não afeta a natureza jurídica do pagamento, que continua sendo PLR

DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lúdima justiça que:



A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, **no mérito, ser INDEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja mantida a decisão do Douto Pregoeiro, declarando a desclassificação da empresa DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, **conforme motivos já expostos pela flagrante ausência de documentação exigida expressa e objetivamente no edital**;

C – Caso o Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

P. Deferimento.

São Joao de Meriti, 24 de janeiro de 2022


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Sócio
RG 213995350 D1C/RJ
CPF 111.548.607-10

104.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Av. Antonieval Clube, 2536 - Sala 1
Vilar dos Teles - CEP 28581-170
São João de Meriti - RJ

[1] MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e Contrato Administrativo**. São Paulo: RT, 1990, p. 23.

[2] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm

[3] PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

[4] <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1179564174/apelacao-civel-ac-10374805220198260576-sp-1...>

[5] http://www.abifina.org.br/arquivos/legislacao/resolucao_rdc_n_16_de_1_de_abril_de_2014.pdf

ANEXO 1

[Handwritten signature]

22



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 18992/2021

Certidão válida até 10/06/2022

Certificamos, em conformidade com a Resolução Normativa CFA nº 464/2015, **que constam em nossos arquivos o(s) RCA(s) relacionados abaixo, em nome da empresa DE SA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56 registro CRA-RJ nº 90-09363, tendo como responsável técnico(s) VITOR DE PAIVA ROCHA, registro nº 20-57653, VITOR DE PAIVA ROCHA, registro nº 20-57653, cujas atividades descritas nos ATESTADOS/DECLARAÇÕES que fazem parte integrante desta Certidão estão elencadas nas alíneas "a" e "b", do art. 2º, da Lei 4.769/65. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade dos referidos ATESTADOS/DECLARAÇÕES, cujo teor é de exclusiva responsabilidade de seus emitentes.

RCA nº 20211000100103 - Data - 08/04/2021

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Contrato nº 0312020

Data de Início: 09/12/2020

Prazo do Contrato: 08/12/2021

Descrição do Serviço: ASG

RCA nº 20211000100102 - Data - 08/04/2021

Contratante: FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Contrato nº 0952020

Data de Início: 18/09/2020

Prazo do Contrato: 18/03/2021

Descrição do Serviço: Auxiliares Administrativos, Assistente Administrativo, Supervisor de Radio Operação e telefonia, Radio Operadores, Supervisores os de Frota, Condutores Socorristas, Auxiliares de farmacia, Almoxtarife.

RCA nº 20211000100087 - Data - 31/03/2021

Contratante: FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Contrato nº 001/2020

Data de Início: 02/06/2020

Prazo do Contrato: 01/06/2021

Descrição do Serviço: VIGIA

RCA nº 20201000100099 - Data - 26/05/2020

Contratante: SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO EST. DO RIO DE JANEIRO.

Contrato nº 004/2019

Data de Início: 10/10/2019

Prazo do Contrato: 10/10/2020

Descrição do Serviço: ASG, OPERADOR DE PISCINA, BOMBEIRO HIDRÁULICO E ELETRICISTA

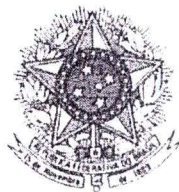
Código de controle da certidão: 0.5076026713440639

Emitida em: 10/12/2021 às 11:07

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



18



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

RCA nº 20201000100100 - Data - 26/05/2020

Contratante: UNI RIO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Contrato nº 02/2020

Data de Início: 14/08/2019

Prazo do Contrato: 14/02/2020

Descrição do Serviço: ALMOXARIFADO,AUXILIAR ADMINISTRATIVO,ENGENHEIRO,ELETRICISTA,MEIA OFICIAL,PEDREIRO,ENCARREGADO,MANUTENCISTA, CARPINTEIRO E CHEFE DE OBRAS

RCA nº 20201000100101 - Data - 26/05/2020

Contratante: LILÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME

Contrato nº 002/2014

Data de Início: 10/02/2015

Prazo do Contrato: 10/02/2015

Descrição do Serviço: ASG,COPEIRO,PORTEIRO,AUX. ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTA

RCA nº 20201000100102 - Data - 26/05/2020

Contratante: OSBRAVI - ORGANIZACAO SOCIAL BRASILEIRA DE APOIO A VIDA

Contrato nº 002/2015

Data de Início: 26/08/2016

Prazo do Contrato: 26/08/2016

Descrição do Serviço: ASG,VIGIA,MOTORISTA E APOIO OPERACIONAL

RCA nº 20201000100098 - Data - 26/05/2020

Contratante: EFICAZ GESTAO EM SAUDE

Contrato nº 005

Data de Início: 07/05/2018

Prazo do Contrato: 08/05/2018

Descrição do Serviço: SERVIÇO DE LIMPEZA HOSPITALAR

RCA nº 20191000100303 - Data - 10/09/2019

Contratante: JUNAVINI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Contrato nº 1

Data de Início: 14/04/2014

Prazo do Contrato: 14/04/2015

Descrição do Serviço: ASG,VIGIA,MOTORISTA,AUXILIAR ADMINISTRATIVO,TELEFONISTA,COPEIRO E RECEPCIONISTA.

RCA nº 20191000100262 - Data - 18/07/2019

Contratante: JJ TRANSPORTES RIO EIRELI

Contrato nº 1

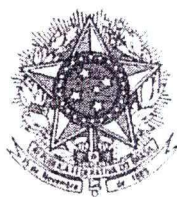
Data de Início: 14/04/2014

Prazo do Contrato: 14/10/2014

Descrição do Serviço: PEÇO URGÊNCIA POIS VAMOS DISPUTAR UMA LICITAÇÃO.

Código de controle da certidão: 0.5076026713440639
Emitida em: 10/12/2021 às 11:07
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2021.

Código de controle da certidão: 0.5076026713440639
Emitida em: 10/12/2021 às 11:07
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço [craonline.org.br/craonline/validarcertidao](https://www.craonline.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.



Handwritten signature and initials in blue ink.

ANEXO 2

[Handwritten signature]



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 8877/2021

Certidão válida até 09/10/2021

Certificamos, em conformidade com a Resolução Normativa CFA nº 464/2015, **que constam em nossos arquivos o(s) RCA(s) relacionados abaixo, em nome da empresa MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.370/0001-15 registro CRA-RJ nº 90-11848, tendo como responsável técnico(s) LUCI DOS SANTOS RODRIGUES, registro nº 20-67595, CAROLINA ULBRICH MARQUES, registro nº 20-94830, cujas atividades descritas nos ATESTADOS/DECLARAÇÕES que fazem parte integrante desta Certidão estão elencadas nas alíneas "a" e "b", do art. 2º, da Lei 4.769/65. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade dos referidos ATESTADOS/DECLARAÇÕES, cujo teor é de exclusiva responsabilidade de seus emitentes.

RCA nº 20201000100185 - Data - 01/12/2020

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DO RJ

Contrato nº 68/19

Data de Início: 01/12/2019

Prazo do Contrato: 29/11/2020

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE, CONSERVAÇÃO, DESINFECÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPNIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DOS RESERVATÓRIOS DE AGUA, ENCARREGADOS, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS, SERVENTES, ASCENSORISTAS, MOTORISTAS, COPEIROS E GARÇONS

RCA nº 20201000100088 - Data - 17/03/2020

Contratante: **HAIR STYLING DO BRASIL LTDA**

Contrato nº S/N

Data de Início: **03/01/2005**Prazo do Contrato: **01/04/2008**

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS

RCA nº 20201000100087 - Data - 17/03/2020

Contratante: **R.M EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**

Contrato nº S/N

Data de Início: **02/08/2004**Prazo do Contrato: **01/08/2007**

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ADMINISTRATIVA TÉCNICA E OPERACIONAL

RCA nº 20201000100086 - Data - 17/03/2020

Contratante: **JORGON GRAFICA E EDITORA LTDA**

Contrato nº 1

Data de Início: **07/07/2003**Prazo do Contrato: **28/02/2007**

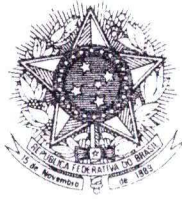
Código de controle da certidão: 0.13992414553141308

Emitida em: 09/04/2021 às 10:05

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



2x



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, APOIO ADMINISTRATIVO E
OPERACIONAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA
ESPECIALIZADA

Rio de Janeiro, 9 de Abril de 2021.

Código de controle da certidão: 0.13992414553141308
Emitida em: 09/04/2021 às 10:05
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



[Assinatura]



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 22/05/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, **que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado** e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
--------------	--

Endereço	: AUTOMÓVEL CLUBE, 02536 COMPLEMENTO SALA 1
Cidade	: SAO JOAO DE MERITI
Reg CRA-RJ:	: 90-11848 Estado: RJ CNPJ: 04.312.370/0001-15

Resp. Técnico	: CAROLINA ULBRICH MARQUES
Reg. CRA-RJ	: 20-94830
Resp. Técnico	: LUCI DOS SANTOS RODRIGUES
Reg. CRA-RJ	: 20-67595
Resp. Técnico	: LUCI DOS SANTOS RODRIGUES
Reg. CRA-RJ	: 20-67595

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: JORGON GRAFICA E EDITORA LTDA

RCA

Nº 20201000100086

Data: 17/Março/2020

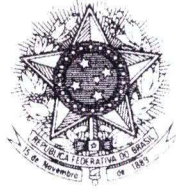
Código de controle da certidão: 0.62984491756037

Emitida em: 22/11/2021 às 06:56

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.

ANEXO 3





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 17893/2021

Certidão válida até 04/05/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93, alterada pela Lei nº 8883/94, **que o profissional abaixo identificado, encontra-se devidamente habilitado neste CRA-RJ à prestação de serviços descritos nos(s) Atestado(s)/Declaração(ões)** aqui apresentado(s) e demais atividades previstas na Lei nº 4769/65, decreto nº 61934/67. Certificamos que o citado profissional tem executando serviços atinentes à sua área de atuação, conforme constam no(s) atestado(s)/declaração(ões), que fazem parte integrante desta Certidão devidamente registrados por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão da Administração Pública ou Privada, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que a desabone ou comprove a falsidade do(s) referido(s) Atestado(s)/Declaração(ões).

Nome do Profissional: **LUCI DOS SANTOS RODRIGUES**

Reg CRA-RJ: **20-67595**

CPF: **082.926.347-03**

Endereço: **C, LOTE 2 QD 4 - KM 1 - RIO MAGÉ**

Cidade: **DUQUE DE CAXIAS UF: RIO DE JANEIRO**

REGISTROS DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO RCAs

RCA nº 20181000100183 - Data 09/05/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Contrato nº S/N

Data de Início: 18/01/2017

Prazo do Contrato: 17/04/2017

Valor do Contrato: R\$ 1.533.814,86

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR, **PORTARIA/VIGIA E COPEIRO.**

Aditivo nº 20181000100183-1 - Data 09/05/2018

Data de Início: 18/04/2017

Prazo do Contrato: 18/07/2017

Valor do Contrato: R\$ 766.907,43

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

RCA nº 20181000100184 - Data 09/05/2018

Contratante: prefeitura municipal de itatiaia

Contrato nº 98/2013

Data de Início: 08/07/2013

Prazo do Contrato: 08/07/2014

Valor do Contrato: R\$ 6.945.559,92

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Aditivo nº 20181000100184-1 - Data 09/05/2018

Data de Início: 09/08/2014

Prazo do Contrato: 08/07/2015

Valor do Contrato: R\$ 3.577.989,92

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO, E REPACTUAÇÃO DE VALOR.

RCA nº 20181000100187 - Data 07/03/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Contrato nº 150/2017

Data de Início: 21/09/2017

Prazo do Contrato: 15/12/2017

Valor do Contrato: R\$ 3.119.702,77

Descrição do Serviço: SERVIÇOS COMPLEMENTARES E NÃO ROTINEIROS DE PREVENÇÃO A DENGUE, LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

Aditivo nº 20181000100187-1 - Data 07/03/2018

Data de Início: 15/12/2017

Prazo do Contrato: 15/03/2018

Valor do Contrato: R\$ 3.119.702,77

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM 90

RCA nº 20181000100185 - Data 30/08/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Valença

Contrato nº 1879/2013

Data de Início: 29/11/2013

Prazo do Contrato: 28/11/2014

Valor do Contrato: R\$ 9.580.828,23

Descrição do Serviço: COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OUTROS VARRIÇÃO MANUAL E COLETA DE DETRITOS

ROÇADA MECANIZADA

CAPINA COM COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS GERADOS

PINTURA DE MEIO FIO

Aditivo nº 20181000100185-1 - Data 30/08/2017

Data de Início: 29/11/2015

Prazo do Contrato: 28/11/2016

Valor do Contrato: R\$ 9.807.671,28

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO EM 12 MESES

RCA nº 20181000100186 - Data 15/02/2017

Contratante: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RJ POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Contrato nº 005/1200/2016

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Data de Início: 17/10/2016

Prazo do Contrato: 16/10/2017

Valor do Contrato: R\$ 1.526.969,95

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE ASSEIO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO(ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS) COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE FERRAMENTAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A POLICIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

RCA nº 20161000100502 - Data 20/10/2016

Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Contrato nº 091/2010

Data de Início: 01/10/2010

Prazo do Contrato: 03/10/2011

Valor do Contrato: R\$ 3.119.999,99

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO E SUPORTE A GESTÃO AMBIENTAL

Aditivo nº 20161000100502-2 - Data 20/10/2016

Data de Início: 31/01/2012

Prazo do Contrato: 30/06/2012

Valor do Contrato: R\$ 1.585.817,04

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO EM 180 DIAS

Aditivo nº 20161000100502-1 - Data 20/10/2016

Data de Início: 03/10/2011

Prazo do Contrato: 03/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 933.349,48

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO EM 120 DIAS

RCA nº 20161000100500 - Data 20/10/2016

Contratante: prefeitura municipal de itatiaia

Contrato nº 41/2013

Data de Início: 19/04/2013

Prazo do Contrato: 20/04/2014

Valor do Contrato: R\$ 107.400,00

Descrição do Serviço: COLETA DE RESÍDUO DE SAÚDE ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E GUARNIÇÕES NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA.

Aditivo nº 20161000100500-1 - Data 20/10/2016

Data de Início: 20/04/2014

Prazo do Contrato: 19/04/2015

Valor do Contrato: R\$ 118.874,16

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO

Código de controle da certidão: 0.4506786602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
RCA nº 20161000100501 - Data 20/10/2016

Contratante: prefeitura municipal de itatiaia

Contrato nº 40/2016

Data de Início: 19/04/2013

Prazo do Contrato: 20/04/2014

Valor do Contrato: R\$ 2.080.299,96

Descrição do Serviço: SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS COM AS REFERIDAS GUARNIÇÕES.

Aditivo nº 20161000100501-1 - Data 20/10/2016

Data de Início: 20/04/2014

Prazo do Contrato: 19/04/2015

Valor do Contrato: R\$ 2.232.342,78

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL EM 12 MESES

RCA nº 19244 - Data 22/06/2012

Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Contrato nº 02/2010

Data de Início: 12/02/2010

Prazo do Contrato: 12/02/2011

Valor do Contrato: R\$ 589.500,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19246 - Data 22/06/2012

Data de Início: 11/02/2011

Prazo do Contrato: 09/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 51.793,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19248 - Data 22/06/2012

Data de Início: 10/02/2012

Prazo do Contrato: 09/02/2013

Valor do Contrato: R\$ 52.546,83

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19245 - Data 22/06/2012

Data de Início: 09/02/2011

Prazo do Contrato: 09/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19247 - Data 22/06/2012

Data de Início: 09/02/2012

Prazo do Contrato: 09/02/2013

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

RCA nº 19242 - Data 22/06/2012

Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Contrato nº 108/2010

Data de Início: 16/11/2010

Prazo do Contrato: 16/11/2011

Valor do Contrato: R\$ 1.663.981,00

Descrição do Serviço: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RECEPÇÃO**

Aditivo nº 19243 - Data 22/06/2012

Data de Início: 28/11/2011

Prazo do Contrato: 28/11/2012

Valor do Contrato: R\$ 150.008,49

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RECEPÇÃO

Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 2021.

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 13154/2021

Certidão válida até 19/01/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93, alterada pela Lei nº 8883/94, **que o profissional** abaixo identificado, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ à prestação de serviços descritos nos(s) Atestado(s)/Declaração(ões) aqui apresentado(s) e demais atividades previstas na Lei nº 4769/65, decreto nº 61934/67. Certificamos que o citado profissional tem executando serviços atinentes à sua área de atuação, conforme constam no(s) atestado(s)/declaração(ões), que fazem parte integrante desta Certidão devidamente registrados por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão da Administração Pública ou Privada, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que a desabone ou comprove a falsidade do(s) referido(s) Atestado(s)/Declaração(ões).

Nome do Profissional: CAROLINA ULBRICH MARQUES**Reg CRA-RJ: 20-94830****CPF: 042.539.719-03****Endereço: DI CAVALCANTI, 111 - bloco 2 apto 309 gr2****Cidade: RIO DE JANEIRO UF: RIO DE JANEIRO****REGISTROS DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO RCAs**

RCA nº 20211000100167 - Data 28/06/2021

Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM

Contrato nº 27/2020

Data de Início: 17/06/2020

Prazo do Contrato: 16/06/2021

Valor do Contrato: R\$ 2.523.473,40

Descrição do Serviço: Prestação de serviço especializado e contínuo de higienização, conservação e limpeza das instalações internas, externas e fachada, com fornecimento de material e equipamentos necessários.

Locais de serviço: Av: Presidente Vargas, 1.100 (Rio); Rua: Professor Heitor Carrilho, 80 (Niteroi) e Rua: E s/n, Lote 8 Quadra 3 (Queimados).

Número de funcionários: Servente - 64; Encarregado - 2; Líder de turma - 1, totalizando 67 funcionários.

RCA nº 20201000100186 - Data 01/12/2020

Contratante: MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Contrato nº 68/19

Data de Início: 01/12/2019

Prazo do Contrato: 30/11/2020

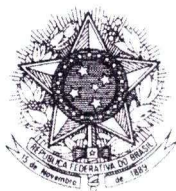
Valor do Contrato: R\$ 9.100.000,00

Descrição do Serviço: Prestação de serviços de limpeza, conservação, desinfecção, desratização, descupinização e higienização e limpeza dos reservatórios de água com exame de potabilidade da mesma, bem como serviços de ascensorista, motorista, copeiragem e garçom, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, nas dependências da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Com a utilização de 4 encarregados,

Código de controle da certidão: 0.6293310903091963

Emitida em: 19/07/2021 às 10:33

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
80 copeiros, 95 serventes, 2 graçãos, 13 ascensoristas, 10 motoristas e 21 auxiliares de serviços gerais,
totalizando 225 funcionários.

Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2021.

Código de controle da certidão: 0.6293310903091963

Emitida em: 19/07/2021 às 10:33

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.

